



Lei Municipal nº 1.598/2011

de 12 de janeiro de 2011.

ALTERA OS ARTS. 10 E 12 DA LEI Nº 1.237/99, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO, NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Rio Largo-AL, faço saber que o Poder Legislativo Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera os artigos: 10 e 12 da Lei 1.237/1999 que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os loteamentos deverão satisfazer as seguintes disposições:

I – A percentagem de áreas públicas destinadas a sistemas de circulação e à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, não pode ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área loteada, inclusive nos loteamentos destinados a uso industrial;

II – Os planos de parcelamento serão elaborados e executados de porte que os logradouros públicos tenham a localização mais adequada.

“Art. 12. Os loteamentos serão classificados de acordo com a área e quantidade de lotes em grande, médio e pequeno porte, assim classificados:

I – Loteamentos de grande porte são os que contam com quantidade superior a 200 (duzentos) lotes;

II - Loteamentos de médio porte são os que contam com mais de 60 (sessenta) até 200 (duzentos) lotes;

III - Loteamentos de pequeno porte são os que contam com até 60 (sessenta) lotes.



Parágrafo Único – Todos os loteamentos deverão preencher os seguintes requisitos:

- I – Avenidas públicas mínimas de 12,00m (doze metros) de largura;
- II – Ruas com 9,00m (nove metros) de largura;
- III – Lotes com área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros;
- IV – Dispor de rede de água potável, rede de energia e iluminação pública, pavimentação asfáltica, meio fio e rede de captação águas pluviais superficiais e subterrânea nos pontos críticos;
- V – Apresentar solução de esgotamento sanitário.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Largo, 12 de janeiro de 2011.


Antonio Lins de Souza Filho
Prefeito